



VERÃO VERMELHO



**FORMAÇÃO DA
DEMOCRACIA SOCIALISTA
DE PORTO ALEGRE**

FEVEREIRO/2025

FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA DE PORTO ALEGRE

ÍNDICE

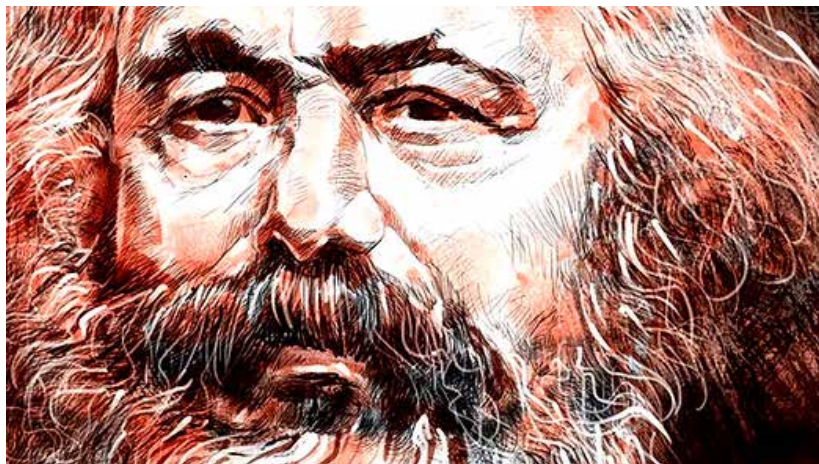
Apresentação	4
Marx e o marxismo: atualidade crítica	5
A tragédia gaúcha e a arte de cegar	19
Por um Programa de Transição ao Socialismo no século XXI.....	28

APRESENTAÇÃO

Companheirada, Este é o caderno de textos de apoio para o módulo de fevereiro do Verão Vermelho 2025! formação política da Democracia Socialista, tendência interna do PT, de Porto Alegre. Além do material especialmente elaborado pelos autores para compor este caderno, ao qual registramos aqui nosso imenso agradecimento, compõem também as leituras desta segunda parte do curso o texto “Caro é cuidar de rico” do companheiro Arno Augustin, publicado em edição da Revista da DS nº13 de 2024, distribuído em material anexo.

Coordenação DS/POA

Uma boa leitura.



Marx e o marxismo: atualidade crítica

Por Erick Kayser

Na virada deste milênio, eram comuns as promessas de que ingressaríamos numa “era de ouro” do capitalismo globalizado, com o neoliberalismo vivendo a consolidação de sua hegemonia. As ideias de Marx estariam mortas e o socialismo superado pela marcha triunfante do livre mercado. Contudo, para azar dos donos do capital, as coisas não ocorreram bem assim. O anúncio da morte do marxismo foi precipitado.

No primeiro quarto do século XXI, sob o neoliberalismo, o mundo viveu uma sucessão de crises. Após uma prolongada crise econômica iniciada em 2008, a pandemia de Covid-19, na qual 13 milhões de vidas foram perdidas durante 2020 e 2021, desencadeou a maior crise econômica global em mais de um século, com muitos de seus efeitos ainda não superados. Somando-se ao quadro de crise das democracias geradas pelo neoliberalismo, o ressurgimento da barbárie da guerra, as crises ambientais provocadas pelas mudanças climáticas, entre outras, torna os efeitos de instabilidades onipresentes. Acrescenta-se ainda uma dimensão de crise estrutural, onde o próprio funcionamento “normal” do capitalismo demonstra esgotamento. Fica evidente que essas diversas crises convergem para uma crise sistêmica do capitalismo.

“O capitalismo gera seus próprios coveiros” escreveu Karl Marx, no Manifesto Comunista. Um dos efeitos da crise foi o ressurgimento, com maior força social, de uma crítica radical pela superação do capitalismo. As crises climática e a econômica foram os principais impulsionadores desta “tomada de consciência”, ampliando o alcance de posições políticas anticapitalistas. Este processo tem aberto uma importante perspectiva de renovação do marxismo, marcado principalmente por um “retorno” a Marx.

Após a crise econômica de 2008, ocorreu uma redescoberta de Marx para um grande público. Temos hoje um cenário internacional de intensa retomada dos estudos e debates políticos em torno a Marx, com inúmeros artigos e publicações importantes lançando novas perspectivas e potencialidades deste arsenal crítico. O “teórico das crises” do capitalismo atingiu novas audiências: um “novo Marx” passou a ser descoberto, sem o fardo de ter de responder por ideias que lhe foram atribuídas pela ideologia oficial de regimes autoritários.

Buscaremos a seguir, ainda que sumariamente, explorar como Marx e o marxismo possuem uma atualidade crítica em tempos de crise do capi-

talismo. Para isso primeiro debateremos os primórdios do marxismo, suas origens e evolução, chegando a Revolução Russa e o stalinismo. Além disso, registraremos as diferentes expressões que o marxismo assumiu nas margens do socialismo soviético. Por fim, voltaremos a Marx e a renovação em curso da leitura de sua obra e como, através do ecossocialismo, o marxismo pode nos ajudar a superar a crise do capitalismo.

As origens do pensamento marxista

Quando os dois jovens alemães Karl Marx e Friedrich Engels se encontraram em Paris, em 1844, começando uma amizade que os acompanharia até o fim de suas vidas, certamente não imaginavam o impacto que o projeto político e teórico construído por ambos teria no futuro.

As ideias marxistas surgem num período marcado pela revolução industrial, intensificação das transformações sociais e o surgimento de novas formas de exploração. A entrada em cena do operariado fabril e das massas populares na política europeia naquele período modificou qualitativamente as relações políticas e sociais por todo o continente. Com o modelo democrático liberal ainda frouxamente estabelecido e com um padrão político autoritário e elitista como norma, estes novos agentes inauguravam a pressão social organizada como mecanismo de mudanças e conquistas democráticas. O “fantasma que rondava a Europa”, anunciado em 1848 no Manifesto Comunista, começava a se corporificar. Embora Marx e Engels sejam vulgarmente considerados os “pais do comunismo”, por certo não foram eles que “inventaram” o comunismo e o socialismo.

A grande inovação de Marx e Engels seria o seu método teórico (que chegaria ser chamado de socialismo científico) onde desenvolvem uma análise materialista da história, identificando a luta de classes como motor das transformações sociais. A dialética de Marx – uma “inversão” da dialética de Hegel – seria uma de suas ferramentas teóricas, onde integra economia, história, filosofia, entre outros, permitindo uma crítica totalizante.

Em obras como *O Capital* (1867), Marx desvendou, por exemplo, a exploração inerente ao capitalismo, mostrando como a mais-valia sustenta a acumulação de riqueza às custas do trabalho alienado. Estabelecida esta ex-

ploração a partir de um conjunto de relações sociais “o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (MARX, 2013, p.653). Em síntese, o capitalismo funciona como um fim em si, em busca sua autorreprodução indefinida.

Na sua análise histórica, as classes dominantes (como a burguesia no capitalismo) controlam os meios de produção e utilizam o Estado como instrumento de dominação para preservar seus interesses econômicos, legitimando desigualdades por meio de ideologias, leis e instituições. Mas acompanhado deste quadro geral, Marx apresentava uma “abertura da história”, através de sua teoria da revolução.

Marx se negou a apresentar receitas prontas para a revolução e sobre a futura sociedade comunista, porque via o processo histórico como algo intrinsecamente dinâmico e condicionado pelas contradições materiais do capitalismo. Em sua análise, o desenvolvimento social emergia da luta de classes e das condições concretas de cada contexto, não podendo ser pré-determinado por fórmulas fixas. Essa postura evitava a armadilha de um utopismo estático, permitindo que o horizonte comunista funcionasse como uma orientação aberta e flexível, capaz de inspirar a emancipação dos oprimidos conforme as condições históricas se colocam.

Quando Marx faleceu, em 1883, mesmo que sua obra já fosse conhecida em muitos círculos de debate, a presença de um comunismo e socialismo inspirados nas suas ideias era ainda muito incipiente. Será na década seguinte, especialmente a partir do crescimento eleitoral do partido operário na Alemanha (mas também em outros países europeus) e com a fundação da Internacional Socialista, também chamada de II^o Internacional, fundada em Paris em 1889 com a presença de Engels, que o marxismo passa a ter incidência social e maior relevo.

Os partidos social-democratas que viriam a se agrupar na II^o Internacional, adotariam as teses marxistas em seus programas ou declarações de princípios, amparando-se no Programa de Erfurt, redigido por Karl Kautsky, com a colaboração de Engels. Este seria um primeiro corpus teórico que se configuraria como marxismo. A liderança política era exercida pelo Partido

Social-democrata da Alemanha, que funcionava como centro de gravidade incontestável do marxismo europeu e mundial, até o colapso da IIª Internacional em 1914. Neste período constituiu-se uma “ortodoxia oficial” sobre o nascente marxismo e tinha como expoentes figuras como Kautsky e o russo G.V. Plekhanov.

Essa ortodoxia interpretou o marxismo sob uma perspectiva evolucionista e determinista, influenciada pelo darwinismo e um cientificismo de tipo positivista. Esse viés levou à crença de que a revolução socialista ocorreria inevitavelmente com o desenvolvimento das forças produtivas, o que, paradoxalmente, levou a uma postura passiva dentro da social-democracia, na expectativa de que as leis históricas confirmassem seu triunfo. Entretanto, os eventos históricos do início do século XX colocariam à prova essa interpretação determinista do marxismo. O cenário político europeu, marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela crescente insatisfação social, prepararia o terreno para uma transformação radical na teoria e prática marxista.

A Revolução Russa e o Stalinismo

A Revolução Russa de 1917 representou um ponto de inflexão na trajetória do marxismo. A Guerra Mundial desfez as ilusões da IIª Internacional sobre um caminho pacífico para o socialismo. Com a vitória dos bolcheviques, liderados por Lenin, inaugurou-se uma nova fase do marxismo, na qual a revolução passava do campo das hipóteses para a realidade histórica.

Sob a liderança de Lenin, o marxismo ganharia uma nova condição, tendo seus marcos políticos nas fundações da Internacional Comunista, em 1919 e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922. A ideia de que o proletariado poderia se tornar protagonista da transformação social encontrou, nesse contexto, uma expressão inédita e inspiradora para movimentos de emancipação ao redor do mundo. A própria revolução e sua vitória por um partido declaradamente comunista em um país como a Rússia - um dos “elos mais fracos” do capitalismo, como Lenin costumava dizer - era uma impossibilidade para os cânones da ortodoxia marxista, que postulavam que a viabilidade da revolução socialista mundial dependeria do sucesso das lutas do proletariado no ocidente. Conta-se que quando anun-

ciaram a Plekhanov a vitória da Revolução Russa, ele teria exclamado: “Mas é uma violação de todas as leis da história” (LÖWY, 1978, p.134).

A criação dos soviets e a planificação econômica foram marcos, mas a guerra civil e o isolamento internacional, somado a morte de Lenin e a chegada de Stalin ao poder, levaram à ascensão de uma burocracia que distorceu os princípios da revolução. O stalinismo consolidou-se como uma deturpação do marxismo, substituindo a dialética por um mecanicismo positivista e priorizando a “coexistência pacífica” com o imperialismo em detrimento da revolução global, amparada na ideia da teoria do “socialismo em um só país”. A repressão e o assassinato de dissidentes como Trotsky ilustram o abismo entre o projeto revolucionário original e o “socialismo realmente existente”. Apesar disso, a URSS teve avanços sociais relevantes, como a erradicação do analfabetismo, embora à custa de um regime autoritário.

No entanto, enquanto o marxismo oficial soviético se cristalizava em dogmas sob a tutela stalinista, outras vertentes do pensamento marxista floresciam a suas margens. Esta pluralidade de interpretações e desenvolvimentos teóricos demonstrou a vitalidade do pensamento marxista para além das fronteiras do socialismo soviético, evidenciando sua capacidade de adaptação a diferentes realidades e desafios históricos.

Marxismos nas margens

Fora da órbita stalinista, o marxismo desenvolveu vertentes críticas. Na Europa, podemos começar citando a Rosa Luxemburgo, revolucionária polonesa-alemã, que, além de suas importantes contribuições aos debates da economia política marxista, alertou para os perigos da centralização burocrática e defendeu a democracia operária. Assassinada em 1919, durante a repressão à revolução alemã, não viveu para ver a confirmação de muitos de seus alertas sobre os descaminhos que tomaria a revolução bolchevique.

O italiano Antonio Gramsci renovaria o marxismo, ampliando a análise da luta de classes ao incorporar a dimensão cultural e ideológica, introduzindo o conceito de hegemonia para explicar como instituições e intelectuais moldam consensos sociais. Nos seus Cadernos do Cárcere, ele criticaria o determinismo econômico e apontaria que a luta de classes não se limita a

uma “guerra de movimentos” cujo desenlace seria alcançado rapidamente, mas também consiste numa “guerra de posições” amarga e complexa que se desenrola no tempo longo e que implica a construção de uma hegemonia alternativa à da classe dominante.

A chamada Escola de Frankfurt emergiu como uma vertente crítica do marxismo tradicional, rejeitando o determinismo econômico e a visão dogmática da revolução proletária. Os teóricos frankfurtianos ampliaram a análise ao incluir dimensões culturais, psicológicas e ideológicas, integrando influências da psicanálise freudiana, da filosofia hegeliana e até do existencialismo. Theodor Adorno e Max Horkheimer, por exemplo, destacaram a indústria cultural como mecanismo de dominação capitalista, argumentando que a massificação da cultura anestesava a consciência crítica e perpetuava a alienação. Walter Benjamin, em suas Teses sobre o Conceito de História (1940), criticou a ideia de progresso linear — central no marxismo ortodoxo stalinista —, propondo um “materialismo histórico messiânico” que valorizava rupturas revolucionárias a partir de fragmentos do passado negligenciados.

Na América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui, faria um esforço pioneiro e inovador de reinterpretar a teoria marxista à luz das especificidades históricas, culturais e socioeconômicas da região. Autor de Sete ensaios de interpretação da realidade peruana (1928), ele desafiou o eurocentrismo dominante e o positivismo acadêmico, incorporando à luta marxista as tradições dos povos indígenas. Merece destaque sua abordagem sobre a particularidade latino-americana para uma estratégia socialista, que deveria conceber ao indígena como sujeito histórico da revolução. Para a viabilidade de seu Socialismo Indo-americano, Mariátegui apontava para a existência de um “comunismo incaico”, fruto de uma cultura coletivista de estreita ligação com a terra e que ainda manifestava reminiscências nas atuais comunidades indígenas.

Franz Fanon, psiquiatra e pensador martinicano, tornou-se um ícone anti-colonial com obras como Os Condenados da Terra (1961) e Pele Negra, Máscaras Brancas (1952). Analisando os traumas psíquicos e a desumanização imposta pelo colonialismo, Fanon ampliou o marxismo ao incorporar, sob novas dimensões, raça, violência e subjetividade à crítica do capitalismo. Seus escritos destacam a luta dos oprimidos coloniais como força revolucionária,

desafiando a visão eurocêntrica do proletariado clássico. Ao enfatizar a libertação cultural e a descolonização mental, Fanon influenciou teóricos marxistas a repensarem a interseção entre classe, racismo e imperialismo. Sua obra se constituiu como referência essencial para movimentos antirracistas e de libertação global, renovando o marxismo com perspectivas do Sul Global.

É fundamental mencionar a contribuição das feministas para a renovação do marxismo. Ao analisar a opressão das mulheres a partir da lógica do capitalismo e das relações de classe, expuseram como a emancipação feminina só será possível com a transformação radical do sistema econômico. Entre algumas de suas pensadoras pioneiras podemos citar Clara Zetkin, que mobilizou as mulheres em prol do socialismo na Europa; Alexandra Kollontai, uma das poucas mulheres com papel destacado na liderança da Revolução Russa, que em sua obra questionou a estrutura familiar e as imposições do patriarcado dentro do movimento comunista; ou ainda Silvia Federici, cuja análise sobre o trabalho reprodutivo ampliou a crítica às relações de exploração e em seu *Calibã e a Bruxa* (2004), explorou a caça às bruxas como precursor da fundação do capitalismo patriarcal.

A contribuição das marxistas latino-americanas foi notável, com uma importante intersecção entre movimentos políticos, acadêmicos e artísticos na região, como nos exemplos da mexicana Frida Kalo e da brasileira Pagú. Um marco teórico fundamental é a obra *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* (1969), da socióloga brasileira Heleieth Saffioti, revela, de forma incisiva, as intersecções entre a opressão de gênero e a lógica do capitalismo.

Ao demonstrar que a reprodução da força de trabalho depende fundamentalmente das atividades historicamente atribuídas às mulheres – como o cuidado, a procriação e o trabalho doméstico – essas teóricas ampliaram o debate sobre a divisão sexual do trabalho e a interseccionalidade entre classe, raça e gênero, reafirmando a necessidade de uma abordagem que una a luta anticapitalista à emancipação das mulheres. Dessa forma, o feminismo marxista não só revitaliza o marxismo clássico, mas também contribui para a formulação de uma estratégia política mais ampla e integradora, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos do capitalismo neoliberal.

Buscamos aqui exemplificar como, a despeito da sombra do stalinismo ter se colocado como expressão hegemônica do marxismo ao longo do sé-

culo XX, nas suas margens (ou mesmo em oposição direta), o marxismo assumiu outras formas e expressões críticas. Sem pretensão aqui de esgotar esta lista (que poderia incluir Leon Trótski e sua luta contra a “degenerescência burocrática” da URSS; o húngaro György Lukács; o brasileiro Ruy Mauro Marini e a escola marxista da teoria da dependência; Jean-Paul Sartre e sua tentativa de conciliar existencialismo e marxismo, entre tantos outros), este mapeamento tenta ser elucidativo da diversidade da fortuna crítica que o marxismo acumulou durante este período histórico.

Esta rica tradição de pensamento crítico, desenvolvida ao longo do século XX, preparou o terreno para uma renovada interpretação do pensamento marxista que emergiria com força no novo milênio. As múltiplas contribuições teóricas, somadas a novos estudos e descobertas sobre a obra de Marx, possibilitariam uma releitura profunda e atual de seu pensamento.

No século XXI, surge um novo Marx

Entramos no século XXI com a volta de Marx. Suas ideias inspiram novamente a um grande número de ativistas sociais e intelectuais em busca de alternativas ao capitalismo. Como veremos a seguir, não se trata de um simples resgate, mas de um novo Marx, diferente daquele muitas vezes descrito pelos marxismos oficiais da ocasião. Mas antes de entrarmos neste ponto, cabe registrar a importância desta volta de Marx como uma “abertura da história”.

Após a dissolução da União Soviética, com a ausência de “rivais formais”, o discurso capitalista passou a se amparar não mais por promessas de um “mundo melhor”, mas por convencerem este como o “único possível”. O marxista inglês Mark Fisher sintetiza bem este processo ideológico ao nomeá-lo como realismo capitalista, que conduz uma mudança ontológica significativa: em sua defesa, o capitalismo não se apresenta como o melhor sistema possível, mas sim, como “o único realista”. As alternativas não são apenas indesejáveis, mas fantasmáticas, vagas e invisibilizadas. “No ocidente, em sentido amplo, o capitalismo se propõe como a única realidade possível e portanto raramente ‘aparece’ como tal.” (FISHER, 2016, p.127). A negação de alternativas não é fruto apenas de dogmatismos e distorções analíticas,

mas também uma resposta defensiva frente a crise. A ideia de infinitude do capitalismo é especialmente útil para negar a existência de uma crise do capitalismo enquanto formação social.

Com Marx, é possível historicizar o conjunto de relações sociais que estruturam o capitalista, removendo seu véu de eternidade. Mais do que isso, é possível compreender como o sistema enfrenta uma crise endêmica e permanente, marcada pela disjunção entre a produção para necessidades sociais e a autorreprodução alienada do capital. Como aponta István Mészáros, filósofo marxista húngaro, diferentemente das crises do passado, a atual reflete o esgotamento do metabolismo social do capital, incapaz de superar suas próprias contradições sem exacerbar a exploração e a destruição ambiental. A necessidade de aumentar incessantemente a produção de mercadorias, somada ao consumo irracional de recursos escassos — que fatalmente se esgotarão, inviabilizando a própria produção —, promove uma expansão agressiva das “necessidades historicamente criadas”, que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias. Isto, aliado a imposição da substituição dos bens necessários já adquiridos, cuja redução do tempo de uso impele a uma eterna recaída no reino da necessidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 675-700), o que converte os mecanismos de consumo em variados fatores de crise.

Nesse cenário, o marxismo emerge como a única teoria capaz de confrontar o neoliberalismo de forma estrutural, pois sua análise é capaz de desvendar as raízes da dominação de classe e a dinâmica da acumulação capitalista, oferecendo um arcabouço crítico para desarticular a naturalização do mercado como força autônoma e inevitável. Mas, principalmente, por sua obstinação por confrontar o poder de classe.

Diferente de outras escolas, expressões ou derivações teóricas críticas, como aquelas advindas do (pós)estruturalismo, do pós-colonialismo, entre outros, que muitas vezes concebem a crítica como um fim em si, o marxismo carregaria desde sua origem uma busca por uma vinculação entre capacidade analítica e teórica com uma práxis política, como já sintetizava a XIª das Tese sobre Feuerbach, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” escritas pelo jovem Marx, então com 27 anos, em 1845. Será desta premissa que o marxismo, de forma

geral, não se restringirá a analisar, compreender e descrever os mecanismos de exploração e dominação, mas vinculará esta crítica a um esforço político para sua superação.

Esta volta ao marxismo não se trata de um movimento intelectual nostálgico, mas de uma (re)leitura do pensamento marxista que parte de Marx para sua atualização. Marx, invariavelmente, foi mais discutido do que efetivamente lido. As razões para isso são varias, desde dele ter publicado uma pequena parte de sua produção em vida, a descontinuidade nos projetos de reedição e a censura política foram alguns dos obstáculos para um maior acesso aos seus textos originais. Chegou-se à curiosa situação de ele ter sido um dos autores mais debatidos dos últimos cem anos sem possuir ainda hoje uma edição completa e científica do seu trabalho.

Felizmente este quadro começou a mudar com surgimento da nova edição das obras completas de Marx e Engels (MEGA 2, na sigla em alemão), retomando, a partir de 1998, o projeto de publicação fiel de toda sua extensa produção. A intenção do projeto é publicar a obra em 114 volumes, divididas em quatro partes, sendo que destes já foram publicados 70 volumes. Desde então, tem se permitido o acesso a novas fontes, revelando manuscritos inéditos que abrem possibilidades de reinterpretação do pensamento de Marx, complexificando, questionando ou reabrindo questões até então tidas como “resolvidas” nos debates marxistas.

Temos hoje uma oportunidade de ler Marx de uma forma que esteve fora do alcance dos principais estudiosos que analisaram suas ideias até a sétima e oitava décadas do século passado, podendo ser apreciadas de um modo novo, mais rigoroso e fundamentado. Esta atualização parte da compreensão que as suas incompletudes, agora melhores observáveis, representam menos limites e mais aberturas teóricas. Como sintetiza Juarez Guimarães (2023), busca-se uma perspectiva que articula conceitos historicamente abertos dentro de uma unidade teórica de sentido. Onde ao se falar em “unidade teórica de sentido” procura-se diferenciar o diagnóstico da obra inacabada de Marx de um campo de conceitos sem estrutura ou direção definido ou, ao inverso, de uma teoria sistematicamente formalizada, plenamente integrada em seus conceitos fundamentais. Este sentido aberto que torna Marx indispensável.

Ecosocialismo como alternativa

O ecosocialismo é uma corrente teórica e política que integra os fundamentos da crítica marxista à economia capitalista com os aportes centrais da ecologia crítica. Emergindo nas últimas décadas do século XX, esta perspectiva parte da premissa de que a degradação ambiental e a exploração social são duas faces da mesma dinâmica destrutiva do capitalismo. O ecosocialismo propõe uma transformação radical da sociedade baseada em dois pilares fundamentais: a propriedade coletiva dos meios de produção e o planejamento democrático que respeite os limites dos ecossistemas.

Alguns críticos acusaram Marx de ignorar a ecologia, mas estudos recentes, resgatando o conceito marxiano de “ruptura metabólica”, expuseram sua análise sobre a degradação ambiental causada pela exploração capitalista. O trabalho de John Bellamy Foster, em *A Ecologia de Marx* (2000), contribuiu decisivamente ao demonstrar que nos escritos de Marx e Engels já continham uma profunda análise sobre a exploração da natureza pelo capitalismo, com algumas contribuições valiosas para as lutas contemporâneas.

Nesta mesma direção de resgate da crítica ecológica de Marx, o pesquisador japonês Kohei Saito, em sua obra *O ecosocialismo de Karl Marx* (2021) mostra como, influenciado pelas teorias de Liebig (sobre exaustão do solo) e Fraas (sobre clima e desmatamento) permitiu a Marx desenvolver uma crítica ecológica sistêmica em seus manuscritos tardios. Seria a partir do seu interesse em estudar química e fertilidade do solo, que Marx abriria a discussão de ruptura metabólica, questionando os limites ecológicos do sistema capitalista, a partir dos impactos da agricultura em larga escala.

Uma contribuição crucial do ecosocialismo é sua crítica ao produtivismo, herança tanto do capitalismo quanto de experiências socialistas burocratizadas. Michael Löwy em obras como *O Que é o Ecosocialismo?* (2020), argumenta que projetos socialistas do século XX, ao imitarem a lógica industrial capitalista, reproduziram um produtivismo antiecológico tão destrutivo para a natureza quanto seu equivalente ocidental. O ecosocialismo propõe, em contraste, uma reorganização radical da produção, priorizando necessidades humanas reais e limites ecológicos. Isso significaria uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população decidiria – e não as

“leis de mercado” ou uma liderança política autoritária –, num processo de planejamento democrático, as prioridades e os investimentos.

Marx no século XXI: renovação crítica em tempos de crise

Em tempos de crise sistêmica do capitalismo, o instrumental teórico e político do marxismo ressurgiu com força renovada. Este artigo demonstrou como esta tradição crítica, longe de ser um monólito dogmático, desenvolveu-se através de múltiplas vertentes que enriqueceram e atualizaram o pensamento original de Marx.

A releitura contemporânea de Marx, especialmente através do projeto MEGA2, abre horizontes inéditos para sua compreensão. Como apontou Marcello Musto, temos a certeza que emergirá “definitivamente, um Marx diferente daquele representado, por muito tempo, por seus seguidores e adversários” (2022, p.314). Esta renovação teórica não é apenas um exercício acadêmico, mas fundamenta-se na necessidade urgente de confrontar a hegemonia neoliberal e sua naturalização do mercado como força inevitável.

O desenvolvimento do ecossocialismo exemplifica a vitalidade do marxismo para enfrentar os desafios contemporâneos. Se a crise climática evidencia os limites destrutivos do capitalismo, repensar o marxismo hoje significa reconhecer que a emancipação humana e a revolução ecológica são faces da mesma luta: devemos superar o capitalismo não como utopia, mas como imperativo de sobrevivência.

**Erick Kayser é historiador
Texto escrito no Verão de 2025*

Referências:

FISHER, Mark. Realismo capitalista: ¿No hay alternativa? Buenos Aires: Caja Negra, 2016.

GUIMARÃES, Juarez. Rumo a um Marx livre In. MUSTOS, Marcelo (Org). O renascimento de Marx: principais conceitos e novas interpretações. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

HOBSBAWM, Eric. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LÖWY, Michael. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANDEL, Ernest. O lugar do marxismo na história. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSTOS, Marcelo. Repensar Marx e os marxismos. São Paulo: Boitempo, 2022.



A tragédia gaúcha e a arte de cegar

Por Daniel Lemos Jeziorny

Vamos colocar tudo na mesa já de saída,
sem meias palavras.
No que diz respeito à crise climática,
sim, chegou a hora de entrarmos em pânico.
(Raymond Pierrehumbert, 2018)

As palavras da epígrafe acima foram originalmente redigidas por um professor de física da Universidade de Oxford, Reino Unido, principal autor do relatório do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) de 2018. Desafortunadamente, não se trata de mero recurso retórico para chamar a atenção para um problema que muitos julgam – ou julgavam – apenas lateral. A humanidade se depara com uma ameaça real, concreta, que talvez pela primeira vez a coloque diante de uma encruzilhada na qual não possa garantir que o futuro será melhor que o presente. A despeito da recalcitrância de teorias conspiratórias e dos escusos interesses de grupos econômicos e negacionistas, há muito a ciência alerta ao agravamento das variáveis que influenciam o aquecimento global, tais como a emissão de gases de efeito estufa, a diminuição da permafrost, a acidificação dos oceanos e o desmatamento de florestas e outros biomas ao redor do planeta. A verdade é que, quanto ao devir da civilização humana no Sistema Terra, projeções de coletivos científicos são cada vez mais sombrias.

Poucos meses após a passagem de um ciclone extratropical que trouxe devastação, prejuízos materiais incalculáveis e mortes ao Rio Grande do Sul, enchentes ainda maiores voltam a castigar a população do estado. Em praticamente todos os telejornais, comentaristas e especialistas afirmam que é necessário se acostumar com um drama que não é exclusivo dos riograndenses, mas experimentado por cada vez mais pessoas ao redor do planeta. Diz-se que é o “novo normal” do mundo em que vivemos, um processo irreversível, resultante das mudanças climáticas em curso. Ao que parece – talvez não pelo caminho mais difícil, mas certamente pelo mais doloroso – depois de muito tempo tentando-se tapar o sol com a peneira do negacionismo, a emergência climática passa a preocupar formadores de opinião pública no Brasil. Mas não apenas estes, haja vista que, além das pessoas que tiveram suas vidas devastadas pelas tragédias climáticas, o tema consterna

as que conseguem sentir alguma empatia pela dor alheia ou simplesmente guardam um mínimo de bom senso diante dos fatos.

Contudo, há uma pergunta que parece se evitar a qualquer custo a resposta, a saber: quais as causas de fundo dessa emergência climática que traz prejuízos, desesperança e sofrimento em grande escala? Seguramente muitos responderiam que a causa, em si, é o aquecimento global. É sem dúvida uma resposta atenta ao movimento da realidade concreta tal como a percebemos ou sentimos na carne; mas tampouco alcança a raiz do problema. Afinal de contas, secas cada vez mais longas, enchentes cada vez mais frequentes, ciclones cada vez mais recorrentes, além de acidificação de oceanos e acúmulo de gases de efeito estufa são menos causa do que efeitos do alargamento daquilo que se entende por falha metabólica – ou seja, expressões concretas da disjunção crescente entre o modo de produção e o Sistema Terra. Embora aparentemente rebuscado, esse raciocínio não é difícil de se apreender, especialmente quando se tem em conta que o modo de produção capitalista é um sistema que não se desenvolve no vácuo, mas através do tempo-espço que reordena em função da lógica do capital. E esta lógica é expansiva e acelerante, visto que comandada pela acumulação capitalista e busca do lucro, em condições de concorrência mercantil. O ato de explorar um espaço finito – como a Terra – a partir de um sistema cada vez mais expansivo choca-se com um limite biofísico; daí as secas, as inundações, os ciclones cada vez mais recorrentes... Como se vê, no fundo, a resposta é outra.

Note-se, por exemplo, o que tem ocorrido desde a década de 1950. As transformações socioeconômicas aceleram-se de forma estonteante. No entanto, no que toca ao metabolismo humanidade/natureza, esse mundo que ganhou impulso com os 30 anos gloriosos do capitalismo e hoje se concretiza repleto de sofisticadas máquinas e inteligência artificial traz consigo implicações preocupantes. Os gráficos abaixo ilustram algumas manifestações concretas da tendência acelerante do sistema capitalista, que ganharam impulso substantivo a partir dos anos 1950 – em consonância com a própria escala sistêmica. Fonte: Will Steffen et al (2014)

É verdade que o século XX produziu uma explosão demográfica sem precedentes, em especial a partir dos anos 1950. De 3 bilhões, chegamos a

cerca de 7 bilhões de seres humanos em meio século, em sua maioria nos espaços urbanos, o que contribui ainda mais à fratura metabólica em curso e implica numa utilização cada vez maior de fertilizantes. Em 1950, a utilização destes era menor que 10 milhões de toneladas; mas ela salta para 200 milhões de toneladas ainda nos anos 2000. O número de veículos automotores também explode nesse meio século: de aproximadamente 200 milhões em 1950, chega-se a cerca de 1 bilhão e 500 milhões em 2000. Nessa toada, conforme ilustram as figuras acima, exacerbam-se também as emissões de CO² e de NO², gases que provocam o efeito estufa.

A grande aceleração das atividades antrópicas ajuda a compreender que a humanidade tornou-se uma força geológica em escala planetária, especialmente a partir de 1950. Do pós-Segunda Guerra até meados dos anos 1970, o sistema capitalista experimentou seus melhores resultados. Quicá ameaçado pela possibilidade concreta de um modelo alternativo, o sistema capitalista foi impulsionado pela ação decisiva dos Estados, que conformaram, através de pactos tripartites (patronato, sindicatos e governos), os arranjos sociais-democratas de repasses de ganhos de produtividade aos salários e, com isso, garantias de renda, demanda e massas de lucro crescentes. Arranjo que estimulava os investimentos produtivos e o emprego através de um modelo de produção e circulação em massa de mercadorias, que, em conjunto com a reconstrução do aparato produtivo na Europa no pós-Segunda Guerra, engendrou um círculo virtuoso de três décadas de crescimento econômico acelerado, com alguma distribuição de renda nas principais economias. Mesmo que essa etapa do capitalismo tenha sido interrompida com “a virada conservadora” dos anos 1980, essa interrupção não foi acompanhada de uma reversão utilização maciça de combustíveis fósseis e degradação ecossistêmica.

Nessa linha, tragédias como a que estraçalha agora a vida de milhares de gaúchos e gaúchas são menos provocados pela “mãe natureza” e muito mais pela inconsequência de seres humanos que não renunciam a uma espécie de “American Way of Life” e à busca por massas de lucro cada vez maiores em atividades típicas do neoextrativismo — mesmo quando estas acarretam agressões irresponsáveis à natureza. Logo, para não seguirmos a tapar o sol com a peneira, é necessário não escamotear a verdadeira raiz

do problema: na sociedade de produção e circulação de mercadorias – ou melhor, no capitalismo – a mola mestra da capacidade humana de transformar a natureza é a acumulação de capital, é ela que está no centro de nosso sistema de reprodução material. E isto significa que o processo pelo qual se obtêm os meios de subsistência e de reprodução da sociedade não é pura e simplesmente um processo produtivo, mas é também – e primordialmente – um processo capitalista. Isto é, um processo de valorização de uma determinada quantidade de valor que é posta em circulação para retornar acrescida ao ponto de onde partiu. O que remete a outro ponto fundamental à compreensão da dinâmica de nossa relação metabólica com a natureza: a aceleração. O sistema não é apenas expansível, ele também é acelerante. Na medida em que a acumulação de capital é a sua mola mestra, e ao passo que capitais que giram mais rapidamente tendem a valorizar-se mais e/ou mais velozmente do que aqueles que não o fazem, a própria concorrência intercapitalista conduz uma corrida pela introdução de inovações que reduzam o tempo de rotação dos capitais. No que toca a reprodução material do sistema, este movimento se consubstancia em tecnologias capazes de produzir mercadorias em períodos produtivos cada vez mais curtos. No entanto, como geralmente estas mercadorias possuem menor valor unitário em vista dos ganhos de produtividade do trabalho, a manutenção de grandes massas de lucro requer volumes cada vez maiores de produção, comercialização e consumo. Dessa forma, as lógicas crescente e acelerante do sistema tendem a se retroalimentar. Quanto maior a escala, maior a necessidade de aceleração – e maiores as repercussões negativas sobre os ecossistemas, que perdem sua capacidade de oferecer serviços ecossistêmicos essenciais, como o de regulação do clima.

Conforme aponta Luiz Marques, no intervalo de tempo de duas gerações – ou o tempo de uma única vida – a humanidade se tornou uma força geológica em escala planetária [daí a ideia de Antropoceno]. Basta ver que entre 1900 e 1930 a taxa média de elevação do nível do mar era de 0,6 mm por ano, que entre 2014 e 2017 essa taxa foi de 5mm por ano, mas que entre os anos de 2018 e 2019 a elevação foi de 6,1mm. Em apenas um século, a elevação do nível do mar decuplicou. E as projeções são de que, em 2040, as inundações que ocorrem em zonas costeiras uma vez por século podem

ocorrer anualmente. Se hoje medimos a elevação do nível do mar em milímetros por ano, apenas pelo degelo da Antártida o nível dos oceanos pode subir dezenas de centímetros ainda neste século.

Evitar novas tragédias como a que se atravessa hoje no Rio Grande do Sul passa pelo reconhecimento das contradições da dinâmica da acumulação com as condições naturais de produção, ou seja, da lógica expansiva e acelerante da acumulação que não consegue harmonizar-se com a lógica da biosfera, um sistema de ecossistemas com funcionamento próprio e com dinâmica que não é nem crescente nem acelerante. De maneira geral, a acumulação capitalista tende a trazer sérios problemas na relação humanidade/natureza sempre que a velocidade de consumo de matéria e energia supera a velocidade de regeneração do sistema natural. Mas também quando a escala de dejetos da produção ultrapassa a capacidade que os diferentes ecossistemas possuem de assimilá-los. Estas são, a rigor, as principais vias pelas quais um sistema ecológico pode rumar à desorganização de sua estrutura e, com isto, ter sua mecânica alterada e/ou comprometida em virtude de ações humanas. É neste quadro que se costuma falar em metabolismo ecossistêmico, ou seja, no funcionamento próprio de um determinado ecossistema. É a interação dos elementos que compõem sua estrutura que resulta numa série de funções ecossistêmicas, tais como o sequestro de carbono da atmosfera e as regulações do clima e do ciclo da água.

Por isso, encontrar um caminho que nos afaste de tragédias ambientais exige reconhecer o óbvio: o ser humano não é senhor da natureza, mas parte desta; a Terra não é mera fonte de recursos naturais, mas uma rede de ecossistemas da qual depende o bom funcionamento da própria vida humana. Urge, mais do que nunca, assumir que catástrofes climáticas não são meros acidentes ou obstáculos de percurso, que não há saída tecnológica possível à emergência ecológica – a menos que se abandone o rumo que tomou a civilização humana, embalada por uma superacumulação de capital que se tornou um fim em si mesma e construiu o cenário trágico vivido em diversas porções do planeta – a exemplo do Rio Grande do Sul.

Se a degradação ambiental compromete o fornecimento de serviços ecossistêmicos indispensáveis aos seres humanos, a prevenção de futuras tragédias climáticas implica um corte na raiz do problema – ou seja, acabar

com o totalitarismo do sistema que consome substrato material da vida. É possível que ainda haja tempo suficiente para se puxar o freio de emergência, antes que a fratura no metabolismo humanidade/natureza transforme a biosfera num ralo a sugar a espécie humana. O que de fato precisa ser discutido, então, não são meras soluções técnicas, ferramentas que arredem obstáculos de um rumo supostamente natural e inescapável, mas uma forma de se cambiar este rumo, de se construir um modelo civilizacional em que a vida esteja à frente da acumulação, não o contrário.

É nesse sentido que autores como John Bellamy Foster criticam a irrealidade e a irresponsabilidade de muitas das análises desenvolvidas no âmbito do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC). Os modelos que empregam têm o crescimento econômico como pedra angular; logo, a acumulação de capital tal qual santa no altar. Tais análises rebaixam sistematicamente a escala das transformações sociais necessárias e apostam todas as fichas no mesmo mecanismo que conduziu à emergência ecológica – ou seja, o mercado. Assim, ainda que possam acertar no diagnóstico (de que o crescimento econômico acelerado deixou de ser garantia contra as inseguranças do futuro, para se tornar a própria fonte destas inseguranças), tais análises se equivocam nas receitas prescritas, pois passam longe da raiz do problema.

Infelizmente, isto pouco surpreende, pois, como o próprio Foster reconhece, a abordagem do IPCC é ditada em grande medida pela política econômica hegemônica, orientada pelas necessidades de acumulação de grandes corporações transnacionais. Estas – como há muito alertou Milton Santos – tornaram-se o centro frouxo de um mundo desigual, em que a fábula da globalização da economia esconde a triste face do imperialismo. Uma massa gigantesca de recursos é movimentada para fabricar armas e guerras. Mata-se tranquilamente em nome da pilhagem das riquezas de povos que teimam em funcionar com outra lógica – ou de uma superacumulação ensandecida que provoca devastação ecossistêmica.

No exato momento em escrevo, mais de meio milhão de gaúchas e gaúchos são afetados por outra manifestação da falha metabólica em curso. Milhares dessas pessoas não têm a mínima ideia de para onde ir, depois de terem seu lares arrastados ou arrasados por mais uma enchente. Tragica-

mente, a situação não é muito diferente da que atravessam os milhões de refugiados ambientais em todo o mundo, pessoas que foram forçadas a deixar seus lugares em função de secas, inundações e outras expressões dessa mesma falha metabólica que marca a emergência climática que atravessamos. Para essas pessoas, o sistema calcado na superacumulação não vai desabar em sua relação com a natureza – pois já desabou. Não fechar os olhos a essa realidade é condição indispensável para vislumbrar uma saída do labirinto em que nos encontramos em nossa relação metabólica com a natureza da qual fazemos parte. Um labirinto repleto de tragédias ambientais e guerras, mas não menos por uma concentração material na qual o 1% mais rico da população se locupleta de uma riqueza seis vezes maior do que a de 90% das pessoas do mundo. Um labirinto civilizacional no qual cerca de 46% das pessoas vivem sem acesso a saneamento básico e dois bilhões (23% da população mundial) não dispõem de acesso a água potável. Um labirinto onde os seres humanos não se reconhecem a si mesmos como semelhantes, como partes da natureza e tampouco como integrantes de uma única força capaz de transformar a natureza e a si mesmos nessa transformação. Um labirinto em que a apropriação privada da riqueza coletiva brutaliza, consome energia vital e afasta o ser humano de sua essência, ao matar na raiz a sua criatividade. Um labirinto onde o Minotauro da fome se alimenta do sacrifício de uma vida humana a cada quatro segundos, e onde os que conseguem sobreviver – e não mais do que isso – acreditam que as máquinas que aceleram a acumulação e a devastação ambiental são responsáveis pela riqueza produzida, mas não pela sucção de vida.

Para todos os efeitos, permito-me resgatar uma ideia do filósofo inglês Terry Eagleton, para quem a ideologia é igual a mau hálito – todos têm, mas só incomoda o alheio. Pois, somente com muito mau hálito, ou seja, com muita ideologia, é possível ver como a desenvolvida forma de sociedade humana um labirinto civilizacional que provoca tamanha aflição – ou drama.

Referências

DAILY H. Toward some operational principles of sustainable development, *Ecological Economics*, v.2, 1990, pp. 1-6.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2019

MARQUES, L. *O decênio decisivo: proposta para uma política da sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023

JEZIORNY, D. L. "Metabolismo social e pandemias: alternativas ao vírus do crescimento autofágico" pp. 407-428 in Fressato, S. B. & Novoa, J. Soou ao alarme: a crise do capitalismo para além da pandemia. São Paulo: Perspectiva, 2020.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; LUDWIG, Cornelia. The Trajectory of the Anthropocene: the Great Acceleration. In: *The Anthropocene Review*, jan. 2014.



Por um Programa de Transição ao Socialismo no século XXI

Por Helená Bonumá

Referências Históricas e Metodológicas na Construção de um Programa para a Revolução Socialista:

No Congresso de Fundação da IV Internacional, em 1938, Leon Trótski - dirigente da Revolução de Outubro de 1917, fundador do Exército Vermelho, adversário intransigente do stalinismo, e assassinado por isso - redige o texto intitulado “A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional” que será conhecido como O Programa de Transição. Michael Löwy* contextualiza a época como trágica para o movimento operário internacional: processos de Moscou na URSS, com o extermínio da velha guarda revolucionária de 1917, derrota das Frentes Populares na França e na Espanha, reforço do fascismo na Itália e na Alemanha e guerra mundial iminente. Os comunistas anti-stalinistas são a minoria, e sua nova organização, a IV Internacional, está longe de poder competir com as correntes dominantes da esquerda oficial de então. Neste contexto, “O Programa de Transição” se torna uma referência importante como uma síntese das principais ideias políticas de Trótski e da IV Internacional: a revolução permanente nos países coloniais, a revolução antiburocrática na URSS, a unidade operária na luta contra o fascismo e o imperialismo e a necessidade de uma organização internacional dos revolucionários marxistas.

Segundo Löwy, “existem muitos aspectos comuns entre O programa de Transição e o Manifesto Comunista (Marx e Engels, 1848): ambos buscam a unidade entre teoria e prática, entre a análise da realidade e a perspectiva de sua transformação revolucionária; ambos oferecem um programa que parte de reivindicações imediatas para oferecer um projeto de luta contra o capitalismo; ambos possuem como traço mais marcante o internacionalismo e têm como ponto de referência histórico-mundial a realização de uma sociedade comunista. Do ponto de vista das deficiências, é necessário constatar que o documento de 1938, como o de 1848, ignora os problemas ecológicos e tem uma abordagem muito insuficiente da questão da libertação das mulheres.” A contribuição central de Trotsky era a idéia de que a revolução russa poderia ultrapassar os limites de uma transformação democrática e começar a implantar medidas anti-capitalistas de conteúdo nitidamente socialista.

Da mesma forma que o Manifesto Comunista, o Programa de Transi-

ção tem limitações que correspondem a um momento histórico específico, como a referência à “agonia” do capitalismo na época, e que as forças produtivas estancaram, que a burguesia estava desorientada e que o impasse econômico não tinha saída. Mas Trotski não cai na armadilha do “fatalismo otimista”: o capitalismo não findará de morte natural, o futuro não está decidido nem determinado pelas “condições objetivas”: “se o socialismo não triunfar, a humanidade conhecerá uma terrível guerra e uma catástrofe que ameaça a própria civilização humana”. O marxismo de Trotski atribui um papel decisivo ao “fator subjetivo”, à consciência e ação do sujeito histórico: “tudo depende do proletariado”. Também é importante de lembrar ainda que, ao longo do tempo e de diferentes formas, o Programa de Transição foi vítima de dogmatismo de correntes políticas que o transformaram numa espécie de catecismo, fora da história e da realidade, e numa espécie de catálogo de receitas prontas, distorcendo e esvaziando seu potencial político.

Na análise de Löwy, além de ser um documento histórico, o Programa de Transição contém, ao mesmo tempo, algumas ideias fundamentais do marxismo revolucionário: “O que o documento tem de importante – e genial – é um certo método de intervenção política, que poderia ser chamado de “método do programa de transição”. Este método, que é inspirado na experiência da Revolução de Outubro e das lutas sociais dos anos 20 e 30, tem como ponto de partida a filosofia da práxis de Marx, isto é, a compreensão de que a consciência social dos explorados, sua capacidade de transformação tanto pessoal como em sujeitos históricos, resulta, antes de tudo, da própria prática, da própria experiência de lutas e de conflito social. Rompendo com uma velha tradição etapista da social-democracia de separação entre um “programa mínimo” reformista e um “programa máximo” abstratamente socialista, Trotski propunha formular reivindicações “transitórias” que, partindo do nível de consciência real dos trabalhadores, de suas exigências concretas e imediatas, levavam a um enfrentamento da lógica do capitalismo, a um conflito com os interesses da grande burguesia.”

Mais do que essa ou aquela palavra de ordem, proposta ou reivindicação – que Trotski havia diversificado em função de contextos diversos: países coloniais, países imperialistas, países fascistas e Estados burocráticos – o que há de atual no documento de 1938 é seu método, sua concepção dialética

do programa como instrumento de luta e de conscientização. Com esse método, escrevia Ernest Mandel, em 1972, num prefácio ao documento, Trótski buscava “tornar o movimento consciente dos únicos objetivos que oferecem soluções duráveis e não passageiras aos males provocados pelo regime capitalista”.

O que inspira “O programa” de 1938, apesar das terríveis derrotas e das crises do movimento operário nos anos 30 quando foi escrito, “é uma aposta racional na possibilidade de uma saída revolucionária para os impasses do capitalismo, na capacidade dos trabalhadores de tomar, através de sua experiência prática, consciência de seus interesses fundamentais, na vocação das classes exploradas e oprimidas para salvar a humanidade da catástrofe e da barbárie.” Tal aposta não perdeu nada de sua atualidade nesse início do século XXI.

Século XXI: Socialismo ou Barbárie

Como bem diz Márcio Pochmann, não vivemos numa época de mudanças, vivemos em uma mudança de época! Com o neoliberalismo e a financeirização da economia, as formas hegemônicas de produzir e se apropriar da riqueza que sustentaram o capitalismo no século XX mudam radicalmente, não estando mais assentadas prioritariamente na exploração da mais-valia sobre o trabalho do proletariado industrial e em tudo o mais que daí se derivava (também considerando no caso do Brasil, o “desigual e combinado” com formas diversas de exploração do trabalho e extração de riqueza como sempre caracterizamos). O capitalismo financeirizado se assenta principalmente em mecanismos improdutivos de extração de valor: privatização e mercantilização do serviço público e infraestrutura, juros, patentes, evasão de impostos, uberização e precarização do trabalho, privatização do conhecimento e manipulação de dados em massa, captura da natureza e mercantilização da vida em todas as dimensões. Segundo Thomas Picketty*, é conhecida a expropriação do excedente social por grupos dominantes e oligarquias improdutivas ao longo da história, mas agora é diferente: o novo é que agora estes segmentos enriquecem em ritmo muito superior ao da economia real e, como diz Ladislau Dawbor*, o capitalismo se desloca: con-

centra renda e poder, e reduz as capacidades produtivas, causando erosão no próprio sistema produtivo, atingindo dimensões que transtornam de forma significativa o conjunto da sociedade. São formas intensivas e perversas de extrair valor, que aumentam a desigualdade de forma dramática e causam mudanças profundas nas relações sociais: o número de bilionários no mundo, entre 2020 e 2021 (período da pandemia!) passou de 660 para 2.750, e os vinte indivíduos mais ricos do planeta têm mais dinheiro do que toda a metade mais pobre da humanidade! É o “capitalismo canibal” como bem nos mostra Nancy Fraser*, que está devorando a economia, a democracia, o cuidado e o planeta. Frente a tudo isso, estamos como que perplexos, divididos em lutas específicas que sofrem pela fragmentação política e se despotencializam pela falta de fundamentos comuns e estratégias mais densas e articuladas.

Do período de afirmação do modelo neoliberal e da crise ideológica e programática do campo socialista com a derrota da URSS e do “socialismo real”, vivemos uma longa resistência popular, com partidos de esquerda e movimentos sociais na luta e defesa de direitos no Brasil e na América Latina. Conquistamos diversos governos, com vitórias eleitorais e políticas significativas - como os nossos no Brasil, e tivemos derrotas dolorosas - também como as nossas no Brasil, abrindo um novo período de resistência na defesa da democracia, na luta agora contra a extrema direita e fascismo engendrados pelo neoliberalismo predador. Com nosso governo atual, retomamos processos estratégicos para a reconstrução do Brasil pós-o inominável, avançamos em construções importantes, e podemos dizer que, para um governo com este leque de alianças e cercado pelo Congresso Nacional, até que estamos cumprindo, e o Presidente Lula³ é a sua melhor versão. São reconhecimentos necessários, mas tudo isso é insuficiente e muito longe do que necessitamos - o que fundamentalmente é um problema do PT e da esquerda (muito mais do que do governo). Além da fragiliação do socialismo como perspectiva estratégica, o que perdemos neste processo todo, como projeto de esquerda, foi o enraizamento orgânico que tivemos em nosso período de construção inicial, na luta contra a ditadura, construção da democracia e de um programa para o Brasil, que se consubstanciou no debate e na elaboração da Constituição de 1988 (com todos os seus limites),

com uma base social que, na sua diversidade, encarnou o sujeito político desta história. E pelas dificuldades acima expostas, também fomos perdendo a capacidade de resignificar o socialismo como nexos central de nossas lutas e construções – inclusive da nossa participação na institucionalidade – que passaram apenas a valer por si (o que é importante mas insuficiente), ficando muitas vezes na fragmentação e perdendo parte importante de seu potencial, acumulando pouco para processos mais densos, recolocando o socialismo como uma quimérica utopia.

Mas estamos chegando no limite deste método. Frente à desafios tão imensos como a crise climática e o aquecimento global, a crise dos cuidados e da de saúde, o crescente abismo digital e uma economia financeirizada que amplia as desigualdade de renda e riqueza, não surpreende que a desilusão com a política por parte de segmentos da população se amplie, criando condições ideais para populistas “anti-sistema” que prometem soluções fáceis, escondendo sua verdadeira face, para o que contam com a grande mídia e as big-tecs. Vamos enfrentar isso em 2026. Da nossa parte, fruto de nossos acúmulos, já existem sementes de mudanças, de muitas formas, mas falta articulá-las em teoria e ação política, num processo que é urgente e exige muito fôlego. Precisamos fazer um debate de fundo sobre estas questões e sobre a atualidade do socialismo no século XXI como alternativa real à toda a barbárie. Trazê-lo da abstração para o concreto, da utopia para a disputa da vida, e assumir sua construção. Para isso, precisamos de uma pedagogia da utopia e da esperança, um método que parta do chão, das raízes do trabalho e das lutas sociais que construíram este país, e formular – “a quente”, num processo participativo de mobilização, um Programa de Transição ao Socialismo para o Brasil do Século XXI. A Democracia Socialista tem história e acúmulo para contribuir significativamente com isso!

Referências:

Programa de Transição – Leon Trotsky, Coleção Em Tempo – 130 anos da Comuna de Paris, 2001

Michael Löwy - A contribuição de Trotsky ao Marxismo

Ladislau Dawbor – O Capitalismo se Desloca, Edições SESC, SP, 2020

Thomas Picketty – O Capital no Século XXI, Ed. Intrínseca, SP, 2014

Nancy Fraser – Capitalismo Canibal, Autonomia Literária, SP, 2024

PT



DS
Democracia Socialista